

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE ASSENTADOS E REASSENTADOS NO RIO
GRANDE DO SUL: OS ESPAÇOS DE VIDA NO CONTEXTO DA LUTA PELA
TERRA**

**THE TERRITORIALIZATION FAMILIES OF EARTH WITHOUT INSTALLED IN
RIO GRANDE DO SUL: THE SPACES OF LIFE
CONTEXT OF THE STRUGGLE FOR LAND**

Rosa Maria Vieira Medeiros*

Doutora em Geografia/Université de Poitiers
Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Bolsista de Produtividade do CNPq – Nível 2
E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Michele Lindner

Doutora em Geografia/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
E-mail: michelindner@gmail.com
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

*Endereço: Rosa Maria Vieira Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Av. Bento Gonçalves, 9500 - Partenon, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 91540-000.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 03/02/2014. Última versão recebida em 20/03/2014. Aprovado em 21/03/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

Ao pensarmos a respeito da temática da luta pela terra, seja de trabalhadores sem terra, seja de agricultores atingidos por barragens, logo estamos pensando na luta pela territorialização de indivíduos imersos em um processo de desterritorialização-reterritorialização. O processo territorializante requer a recriação dos espaços de vida, pois envolve a perda e a reconquista de um território. Assim, o presente estudo procura compreender a adaptação de dois tipos de famílias rurais a um novo território após uma migração: famílias sem terras, que lutaram e conseguiram acessar a terra e famílias atingidas por barragens, que tiveram de migrar e se readaptar a espaços totalmente novos. Ressalta-se, também, a importância dos movimentos sociais dentro do processo de territorialização, ambos com origens na década de 1970, no Rio Grande do Sul o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esses movimentos representam organizações capazes de transformar, embora aos poucos, uma estrutura fundiária desigual originada na diferença da ocupação socioespacial do território gaúcho. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, que se utiliza de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros estudos sobre a temática, além de informações coletadas em entrevistas com assentados na Campanha Gaúcha, visando entender o processo de territorialização nos assentamentos visitados até a atual fase da pesquisa.

Palavras-chaves: Territorialização-desterritorialização. Luta pela terra. Assentamentos. Reassentamentos.

ABSTRACT

In thinking about the theme of the struggle for land, either landless laborers, whether farmers affected by dams, we are just thinking about the fight for territorial individuals immersed in a process of deterritorialization - reterritorialization. The territorializing-process requires the recreation of the living spaces, as it involves the loss and regaining of territory. Thus, this study seeks to understand the adaptation of two types of rural households into new territory after a migration: landless families who fought and gained access to the land and families affected by dams that had to migrate and re-adapt to entirely new areas. Also emphasized the importance of social movements in the process of territorialization, both with origins in the 1970s in Rio Grande do Sul, the Movement of Landless Rural Workers (MST) and the Movement of People Affected by Dams (MAB), representing organizations able to transform, although slowly, unequal land ownership caused the difference in socio-spatial occupation of state territory. However, this is a research in progress, which uses data from the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and other studies on the subject, as well as information collected in interviews with settlers in Gaucha Campaign aiming to understand the process territorialization in the settlements visited by the current phase of the research.

Keywords: Territorial-deterritorialization. The struggle for land. Settlements. Resettlement.

1 INTRODUÇÃO

A luta pela terra e a conquista de um território significa a conquista de um espaço de vida, um espaço apropriado composto por diversos elementos carregados de significações.

Assim, ao abordarmos a temática dos espaços de vida de assentados (trabalhadores sem terra) e de reassentados (agricultores atingidos por barragens), nos remetemos a processos territorializantes envolvendo desterritorializações e reterritorializações, pois este contexto envolve a perda e a reconquista de territórios. Dessa forma, o entendimento do processo de desterritorialização e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nos reportam aos fatores econômicos e políticos que têm início na década de 1970.

O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, implantado nos governos militares, denominado *modernização conservadora*, visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, através da criação de um sistema de créditos e subsídios. Como consequência dessa política, houve o aumento das áreas de cultivos das monoculturas, aumento do trabalho assalariado, agravamento da situação da agricultura familiar, aumento da concentração de terras, expropriação e consequente expulsão de mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões do país (FERNANDES, 2000).

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense (FERNANDES, 2000, p 50).

Ao abordar aspectos referentes às origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da luta pela terra, Medeiros (2004) explica que a abertura em direção à reforma agrária brasileira teve suas origens na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, os colonos que lá chegaram, ao final do século XIX e princípio do século XX, construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho. Muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência, partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para as cidades; porém, os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso a terra se organizaram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Originado, também, durante o regime militar, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge no fim da década de 1970, como consequência dos efeitos gerados no Brasil pela crise energética mundial neste período. A crise energética mundial fez com que os países centrais fossem em busca de novas fontes de geração de energia, como forma de substituir a falta de petróleo. Dessa forma, os países com potencial energético começaram a ser alvos de estudos e implementação de novas formas “renováveis” de geração de energia. Com a instalação de diversas empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc.) no Brasil, a necessidade de infra-estrutura, em especial energia elétrica, tornava-se cada vez maior. Dessa forma, a Eletrobrás desenvolveu um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico de rios e bacias hidrográficas no país e o Estado brasileiro foi o maior financiador das hidrelétricas (MAB, 2012).

A construção dessas grandes usinas em diversas regiões do país teve sérias consequências para a população dos espaços onde estas foram instaladas, visto que não existia uma proposta adequada de indenização para as famílias atingidas, das quais muitas ficaram sem ter para onde ir, engrossando as favelas das cidades e as filas de sem terras. Assim, gerou-se um clima de insatisfação, que teve como consequência a criação de organizações regionais de luta por indenizações justas (MAB, 2012).

Logo adiante as famílias avançaram no debate da indenização no sentido de que tinham o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra. Por isso a principal bandeira de reivindicação passou a ser TERRA POR TERRA (MAB, 2012, s/n).

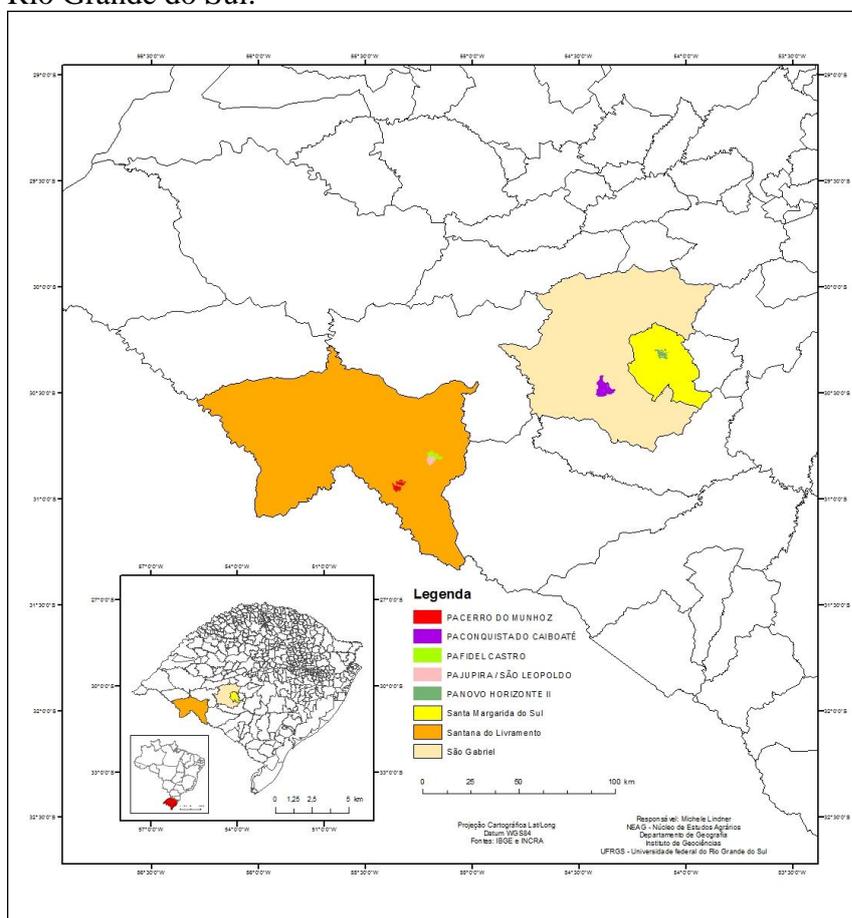
As organizações regionais desencadearam lutas e conquistas, sendo que o ano de 1987 representou um marco da luta com a conquista dos atingidos pela UHE Itá (Rio Grande do Sul – Santa Catarina), quando as famílias conseguiram um acordo referente à construção de assentamentos coletivos, no qual constavam regras sobre quem eram os atingidos, os padrões de casa, terra e assistência técnica para as famílias reassentadas. Essas experiências de luta desencadearam um processo de articulação e, no ano de 1991, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do país, onde ficou decidido constituir uma organização mais forte em nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens (MAB, 2012).

Com base no exposto, percebe-se a importância dos movimentos sociais no processo de territorialização de assentados e reassentados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, movimentos organizados de luta pela terra, representam agentes capazes de transformar, embora, aos poucos, uma estrutura fundiária desigual e contraditória, originada na diferença da ocupação socioespacial desse território (CHELOTTI; PESSÔA, 2006).

Nesse sentido, o estudo, aqui apresentado, representa uma pesquisa ainda em andamento, que buscou analisar como se deu o processo de desterritorialização e reterritorialização de assentados e reassentados. Para tal, utilizaram-se dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando coletar informações sobre assentamentos e reassentamentos no Rio Grande do Sul, além de outros estudos sobre a temática, objetivando complementar as informações. As pesquisas de campo para a coleta de dados até a presente etapa foram realizadas com assentados na Campanha Gaúcha, nas cidades de São Gabriel, Santa Margarida do Sul e Santana do Livramento (Figura 1). Destaca-se, contudo, que as entrevistas realizadas nos assentamentos tiveram como objetivo a coleta de informações qualitativas referentes aos espaços de vida dos sujeitos pesquisados, suas histórias na luta pela terra, percepções do antigo e do atual espaço de vida.

Figura 1 – Localização dos assentamentos visitados no estado do Rio Grande do Sul.



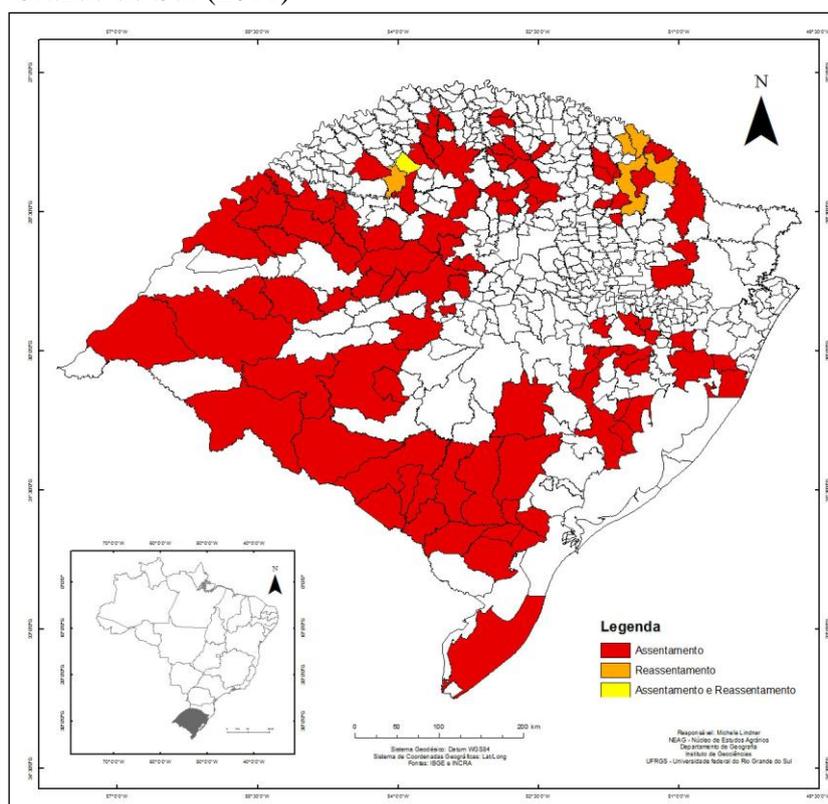
2 DESTERRITORIZAÇÃO E RETERRITORIZAÇÃO: A RECONQUISTA DOS ESPAÇOS DE VIDA ATRAVÉS DA LUTA PELA TERRA

Ao pensarmos na questão da luta pela terra, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Atingidos por Barragens (MBA) no Brasil, logo nos remetemos ao entendimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Tanto os agricultores sem terra, quanto os agricultores atingidos por barragens buscam, através dos movimentos sociais, a sua reterritorialização, visto que se trata de indivíduos expropriados de seus territórios, desterritorializados, que migram para novos espaços.

Portanto, trata-se de dois movimentos e situações diferenciadas que têm em comum a luta pela terra, calcada no processo desterritorialização-reterritorialização, que leva assentados e reassentados a ter que se adaptar a novos territórios e a recriar seus espaços de vida.

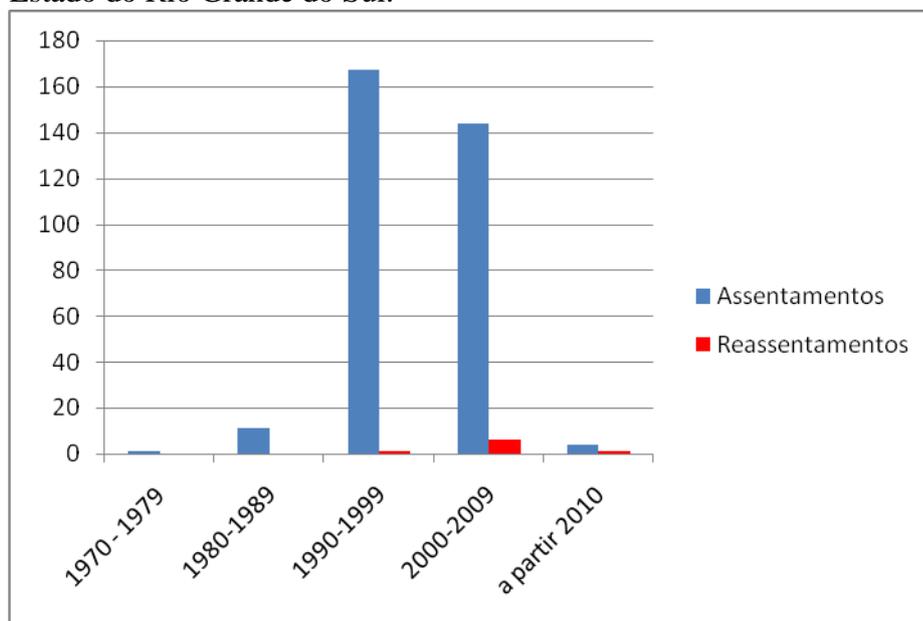
De acordo com o INCRA (2012), o estado do Rio Grande do Sul possuía no ano de 2011, 335 Projetos de Reforma Agrária; destes, 327 são assentamentos e 8 reassentamentos. Estes projetos estão distribuídos em 98 municípios, sendo que os assentamentos encontram-se presentes em 93 municípios do estado e os reassentamentos estão presentes em 5 municípios (Figura 2).

Figura 2 – Assentamentos e reassentamentos no Estado do Rio Grande do Sul (2011).



Com base no mapa da Figura 2, pode-se perceber que os reassentamentos concentram-se nas regiões nordeste e noroeste do estado, enquanto os assentamentos distribuem-se por diversas regiões, apresentando maior concentração nas regiões noroeste e sudoeste.

Gráfico 1 – Ano de criação de assentamentos e reassentamentos no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: INCRA (2012).

A criação de assentamentos no Rio Grande do Sul começou no ano de 1975, conforme é demonstrado no Gráfico 1, que apresenta uma linha temporal, demonstrando a criação de assentamentos e reassentamentos, da década de 1970 até o presente ano (2013). Na década de 1980, foram criados mais 12 assentamentos. Na década de 1990, é criado o primeiro reassentamento (1998) e o número de assentamentos sobe de 13 para 179, ou seja, só nessa década foram criados mais 166 assentamentos no estado do RS. O grande aumento do número de assentamentos se deu a partir do ano de 1995; entre este ano e 1999, registra-se a criação de 154 novos assentamentos no estado. Outra característica desta década é a expansão territorial dos assentamentos que, até a década anterior, concentravam-se na porção norte do estado; na década de 1990, avança em direção à porção sul, território tradicional da grande propriedade e da pecuária. Na década de 2000, registra-se a criação do maior número de reassentamentos, ou seja, 6 (seis) dos 8 (oito) assentamentos do estado forma criados nesta década, sendo, destes, 1 (um) criado no ano de 2007, 4 (quatro) no ano de 2008 e 1 (um) em 2009. A criação de assentamentos nesta década continuou constante, porém com uma pequena diminuição, tendo sido criados 144 assentamentos entre 2000 e 2009. A partir de 2010, houve

a criação de 4 (quatro) assentamentos (3 (três) em 2010 e 1 (um) em 2011) e 1 (um) reassentamento (2010).

Nesse contexto de criação de assentamentos e reassentamentos, destacamos que luta pela terra significa a luta pelo território, uma luta que visa à reterritorialização de indivíduos que, em determinado momento, devido a circunstâncias diversas, foram expropriados de seus antigos territórios. Nesse sentido, ao pensarmos o território, pensamos no espaço de forma política, social e cultural.

Para Raffestin (2011), o espaço e o território são diferentes; o espaço é anterior ao território, o território se forma a partir do espaço; dessa forma, ao “se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 2011, p.128). Assim, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelas sociedades e esse processo, o processo territorial, se dá por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas que, por se tratarem de relações com a natureza e relações sociais, tratam-se de relações de poder (RAFFESTIN, 2011).

Dessa forma, torna-se claro que um território representa para o indivíduo que nele habita o seu “espaço de vida”, espaço este, onde ocorrem as relações entre os indivíduos nas diversas escalas. Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantêm relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

No que concerne ao “espaço vivido” desterritorializado de assentados e reassentados encontramos aí, as primeiras diferenças. De forma geral, a luta pela terra desses dois grupos de sujeitos é impulsionada por diferentes processos. Os agricultores sem terra, na maioria das vezes, entram na luta pela terra devido a fatores como a falta de uma propriedade para garantir seu sustento, possuir um minifúndio incapaz de garantir o sustento digno da família, trabalho assalariado pouco remunerado e pobreza rural ou urbana, entre outros, ou seja, trata-se de sujeitos que, devido a circunstâncias diversas, partem voluntariamente para a luta pela terra em busca de melhores condições de vida. Essas características podem ser percebidas na fala do assentado **E.C.A.** (33 anos), que conta que trabalhava como cortador de cana juntamente com a família no Rio de Janeiro:

“[...] a fazenda era um quartel fechado, lá tinha a agroindústria, o comércio que era dela e tinha as casinhas onde colocavam as famílias ali para trabalhar para eles. Ai tu tinha que trabalhar para cortar cana, comprava a alimentação na venda deles, tu era meio que escravo, não podia planta nada” (E.C.A. – 33 anos / Assentamento no PA Conquista do Caiboaté).

A história do assentado **L.C.** (61 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós), também retrata a busca por melhores condições de vida. O assentado conta que, primeiramente trabalhava com o pai, depois que casou conseguiu comprar um “pedacinho de terra” de cerca de 9 hectares, porém este era cheio de pedras, aproveitando-se para trabalhar apenas 2 ou 3 hectares, e “com a família crescendo não tinha mais condições e o jeito foi acampar”.

Da mesma forma, as falas a seguir retratam realidades semelhantes:

“Meu pai e minha mãe sempre foram da área rural, sempre trabalharam com agricultura, só que eles nunca tiveram terra, eles tinham só a vontade de trabalhar e eles tavam cansados de não ter o seu lugar, vinham trabalhando de arrendatário, arrendando um pedaço, trabalhavam feito uns escravos, levantavam as 5 da manhã e voltavam de noite para casa, trabalhando nas terras dos outros” (J.P., 25 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

“A gente era de uma área indígena, e aí quando houve a retomada da questão das terras, levou um tempo para se concretizar um processo de indenização e tal e daí o pai disse eu não vou ficar esperando” (M.R.L., 31 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

Estas histórias retratam alguns exemplos que impulsionaram os sujeitos entrevistados na busca de um novo espaço de vida, situações distintas que geraram insatisfações e fizeram com que famílias ou sujeitos individualmente aderissem à luta pela terra através da entrada no MST.

Já no que se refere à situação dos reassentados, Leturcq (2010) explica que a definição de migração comumente é referida a mudanças voluntárias de residências, porém, o que acontece com os atingidos por grandes barragens hidrelétricas é diferente, trata-se de uma migração induzida, que implica no abandono do espaço de vida.

Ao encontro disto, Carvalho (2006) ressalta que esse processo de construção de grandes barragens produz uma série de transformações nas relações sociais e econômicas das comunidades, as quais são obrigadas a ceder seus espaços para as barragens de forma forçosa. Portanto, é nesta questão que reside a grande diferença entre os assentados e reassentados; enquanto os primeiros migram voluntariamente em busca de melhores condições de vida, os outros são obrigados a deixar seus espaços.

Nesse sentido, nos remetemos a Corrêa (1996), que explica que a desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado ou vivido em razão de processos capazes de desfazer um território e a reterritorialização, conseqüentemente, representa a criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial de um antigo território, seja por meio da

recriação em outros lugares de um novo território, desde que contenha características do antigo território.

Esse processo de desterritorialização e sua consecutiva reterritorialização, ou a conquista de um “novo lugar”, também é explicado por Saquet (2009, p. 216): “Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente no lugar”.

Essas características colocadas por Saquet podem ser claramente percebidas nas falas dos sujeitos que explicam a mudança de suas famílias para o novo lugar:

“Eu acho que toda a mudança é positiva, mas foi totalmente diferente o local, tudo, [...] foi um baque de realidade muito grande, tanto que até os 4, 5 primeiros anos meus pais pensavam em voltar [...]. Era totalmente diferente daquela realidade, cultura diferente, culturalmente as pessoas são diferentes, uma forma totalmente diferente de como é na nossa região. Mas hoje fala com meu pai e minha mãe eles não querem nem saber de sair daqui” (J.P., 25 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

“Sempre quando a gente vai falar dá uma saudade imensa, porque era muito diferente, principalmente a questão de paisagem. Eu sinto muita falta porque eu venho de um lugar quer era só mato e aí quando eu cheguei no assentamento, a gente chegou de noite, eu não dormi a noite porque eu queria ver o lugar, quando eu vi me deu um desespero, tu não via nada, não tinha nenhuma árvore, 3, 4 paraíso que era o cinamomo, hoje posso dizer que eu gosto muito de morar aqui” (M.R.L., 31 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

As falas dos assentados demonstram as dificuldades de adaptação ao novo território. Desta forma, percebe-se que a territorialização não é espontânea, é necessário um determinado tempo para se adaptar à nova realidade, ao novo espaço de vida. Nesse contexto, Saquet coloca que “o território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)” (SAQUET, 2009, p. 212).

Desta forma, o processo territorializante dos sujeitos pesquisados é um processo dinâmico que envolve a desterritorialização e a sucessiva reterritorialização. Simploriamente a desterritorialização refere-se ao movimento pelo qual se abandona o território, enquanto a reterritorialização refere-se ao movimento de construção do território (DELEUZE; GUATTARI, 1997b *apud* HAESBAERT, 2004). Portanto, trata-se de um processo consecutivo, toda desterritorialização implicará em uma reterritorialização.

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

No caso da reterritorialização dos assentados entrevistados, seus espaços de vida são recriados levando em conta elementos que levaram à sua desterritorialização, a busca de uma melhor qualidade de vida no campo, através da luta pelo acesso à terra. Essas características também podem ser percebidas nas comparações através de expressões retiradas das falas dos sujeitos entrevistados, ao falarem sobre seu “antigo” lugar e seu “novo” lugar (Tabela 1), expressando o significado da conquista da terra no processo da territorialização.

Tabela 1 – Expressões relativas aos territórios dos assentados.

“ANTIGO” LUGAR	“NOVO” LUGAR
Insustentável	Autonomia
Relação de peão	Liberdade
Ilusão	Relação de patrão
Lugar que não era seu	Maior nível de vida
Trabalhando muito em terras dos outros	Auto-sustento
Escravos	Lugar para morar
Agregados	Ambiente melhor
	Qualidade de vida
	Conquista
	Bem melhor
	Não abro mão daqui

Fonte: Pesquisa de campo NEAG (2012/2013).

A partir da comparação entre as expressões relativas ao “Antigo” e ao “Novo” lugar, percebe-se claramente que a conquista, a reterritorialização, ou a mudança para o “Novo” lugar representa a conquista do espaço de vida. Essa conquista também é percebida através das falas dos assentados, demonstrando o sentimento de pertencimento ao novo lugar e a satisfação relativa à melhoria das condições de vida:

“Antes eu não tinha lugar, hoje eu tenho um lugar para morar” (E.C.A. – 33 anos / Assentamento no PA Conquista do Caiboaté).

“[...] eu deixei de trabalhar de empregado, foi positivo de vim para cá, pelo menos hoje eu não sou mandado por ninguém” (M.D.B. – 58 anos / Assentamento no PA Fidel Castro).

“[...] nós temos mais coisas que antes nós tinha, nunca tivemos[...].Foi bem melhor aqui, por mais que eu ainda tenha saudades do meu lugar” (G.C. – 57 anos / Assentamento no PA São Leopoldo).

“nunca tive uma vaquinha, agora tenho, nunca vendi leite, agora vendo, é melhor, tenho a minha casinha, que é minha mesmo, lá era do patrão, se o patrão dissé - tu tem que sair hoje a gente tinha que sair e aqui não” (Z.S. – 54 anos / Assentamento no PA São Leopoldo).

Contudo, mesmo com a pesquisa tendo contemplado até o momento apenas os assentados, podemos perceber que a reterritorialização para os assentados representa uma conquista almejada por esses sujeitos; o mesmo não acontece com os reassentados, para os quais a mudança representa algo imposto, não tendo o significado de conquista e sim de adaptação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a modernização da agricultura no Brasil, assim como a crise energética, geraram efeitos perversos de ordens sociais e ambientais. De um lado, o aumento das áreas de monoculturas, maior concentração de terras e utilização de insumos, aumento da mecanização no campo e a conseqüente diminuição da força de trabalho humano e de outro a instalação de grandes usinas em diversas regiões do país, com sérias conseqüências para a população dos espaços onde estas foram instaladas. Esses aspectos, aliados à inviabilidade econômica de pequenos produtores que tiveram que abandonar suas propriedades e propostas inadequadas de indenizações para as famílias atingidas por barragens, acabaram por engrossar as favelas das cidades e as filas de sem terras.

No entanto, a grande diferença reside nas circunstâncias, em que se dá o processo de desterritorialização dos dois grupos de sujeitos. Enquanto os primeiros buscam de forma espontânea suas reterritorializações, os atingidos por barragens são obrigados, visto que, muitas vezes, são forçados a deixar seus antigos territórios em decorrência dos alagamentos. O deslocamento de famílias necessariamente induz mudanças, seja no caso dos assentados sem terra, seja no caso dos reassentados atingidos por barragens. Essas mudanças, ou reterritorializações, exigem dos atores envolvidos uma recriação de seus espaços de vida, que é construída por um misto de elementos trazidos dos antigos territórios e elementos do novo território.

Contudo, conforme as informações apresentadas nesse estudo, no caso dos agricultores assentados, essa mudança, a reterritorialização, geralmente se apresenta de forma positiva,

visto que na maioria das vezes se trata de pessoas fugindo da pobreza rural e urbana, buscando melhores condições de vida no campo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Orlando Albani de. **Águas sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (Org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, V. L. S. A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA: a (re) construção de espaços socioculturais In: **Simpósio Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas**. Uberlândia/MG: UFU, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HAESBAERT, Rogério (Rogério Haesbaert da Costa). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em maio de 2012.
- LETURCQ, Guillaume. **Migrations forcées dans le Sud du Brésil: les atingidos**. 2010. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia Social) - Université du Maine. França, 2010.
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **História do MAB**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em 2012.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.